

Acumulação por centralização de capital: novos traços da fase imperialista na América Latina

Cristiano Monteiro da Silva (Depto Ciências Sociais/PUC-SP)
raviclasse@yahoo.com.br

Nas últimas décadas, grande parte do capital estrangeiro destinado aos países da América Latina detentores de maior nível de desenvolvimento capitalista serviu para centralização de capitais constituídos, dos mais variados setores econômicos, de propriedade estatal e de capitalistas privados. É fato que tal processo já fora observado em outros momentos da história econômica da região, entretanto, destaca-se que o movimento atual possui uma intensidade e abrangência sem precedentes.

O termo “globalização”, muitas vezes empregado para explicar fenômenos recentes e tão particulares da economia mundial, provoca uma visão exclusivamente econômica do processo, desconsiderando a rica totalidade inerente ao desenvolvimento dos distintos países e suas relações internacionais. Para os casos da América Latina, o grosso das publicações defensoras da tese converge para a idéia de que se trata de países que aproveitam a “nova” organização mundial da produção, comércio e investimentos, para atrair capitais produtivos estrangeiros a serviço do desenvolvimento, ou seja, nada mais positivo.

A teoria do imperialismo emprega corretamente outras visões sobre a diversidade presente nas relações entre países, portanto, parece-nos mais apropriado a sua utilização como referencial de investigação científica. No entanto, muitos anos nos separam da sua formulação clássica. A realidade capitalista, tanto dos países mais desenvolvidos como daqueles caracterizados como dependentes, obviamente mudou. Neste sentido, até que ponto suas premissas ajudam na compreensão de fenômenos recentes do desenvolvimento capitalista, como por exemplo, o intenso processo de centralização de capitais verificado em alguns países da América Latina? De qualquer modo, antes de negar seus pressupostos para admitir explicações abstratas, simplesmente porque estão em moda, aqui se persegue o objetivo de resgatar a teoria do imperialismo e a tentativa de sua atualização.

Na primeira parte do trabalho busca-se analisar o destino setorial e o perfil do capital estrangeiro aplicado em diferentes etapas do desenvolvimento capitalista dos seguintes países da América Latina: Chile, México, Argentina e Brasil. A escolha dos países deve-se ao fato de se tratar das economias mais desenvolvidas da região.

Em seguida, nesta fase do trabalho, analisam-se algumas importantes obras que compõem o corpo teórico do Imperialismo. Analisar-se-á o trabalho de Lênin e Rosa de Luxemburgo, dois autores clássicos da teoria do imperialismo formulada pelo pensamento marxista, e a obra de David Harvey, apresentada no Brasil sob o título de *Novo Imperialismo*, devido à relação que o assunto reserva com o presente estudo, e ainda as elaborações de Marx no campo da economia política.

A pesquisa, tendo como referencial os preceitos da teoria marxiana, procura demonstrar a predominância de uma nova configuração no processo de acumulação capitalista na região da América Latina, aqui definida como Acumulação Centralizadora, e desse modo, oferece contribuições para a atualização da teoria do imperialismo, e ainda apresenta uma reflexão sobre as implicações políticas do aumento da ingerência do capital estrangeiro nas sociedades locais, em particular, no que se refere ao poder de Estado e as relações de países imperialistas com a região.

Acumulação por centralização: novos traços da fase imperialista na América Latina

Cristiano Monteiro da Silva*

GT1: Política e economia na América Latina

Resumo:

Nas últimas décadas, nota-se importante mudança no perfil das exportações de capitais destinados aos países da América Latina. Tal realidade fornece bases para a atualização de trabalhos clássicos da teoria do imperialismo, formulada pelo pensamento marxista, e para a compreensão de fenômenos sociopolíticos novos e inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista.

1. Capital estrangeiro e centralização de capital em países da América Latina

Na América Latina, muitos países passaram por uma etapa do processo de desenvolvimento capitalista denominada agrário-exportadora. Tratou-se do período em que a dinâmica do processo socioeconômico era determinada, sobretudo, pela potencialidade da exportação agrícola. Naquele contexto, vale ressaltar, já havia participação do capital estrangeiro no processo de acumulação interno desses países. A presença era notada nos setores da infra-estrutura econômica, principalmente naqueles voltados a permitir o mecanismo de circulação da produção de primários (GASPARIAN, 1973).

Nas primeiras décadas do século 20, devido a fatores ligados à conjuntura internacional e outros de caráter endógeno,¹ o modelo em questão chegava a sua fase declinante. Esse processo gerou espaços para o surgimento de uma burguesia

* Doutorando em Ciências Sociais na PUC/SP. Membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) e do ILAESE (Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos).

¹ No plano internacional, por exemplo, em fins da década de 1920, a grande crise econômica, que varreu principalmente os países capitalistas mais desenvolvidos, provocou dificuldades para a realização da produção de primários. Na região, importantes transformações sociais davam outra condição à correlação de forças entre as classes e frações de classes presentes naquele momento. Dentre algumas, pode ser destacado o processo de crise da Velha Oligarquia (IANNI, 1991), que se afastou da hegemonia na execução das políticas de Estado, abrindo espaço para outros atores.

industrial que, a partir de então, passa a se mover em prol de seus interesses de classe. As próximas décadas seriam marcadas pela tentativa de engendrar uma estrutura econômica baseada no mercado interno. Em países como México, Chile, Argentina e Brasil, por exemplo, emergiu uma nova convicção de desenvolvimento, agora associada à indústria, cuja estratégia passava por substituir a importância das exportações como motor do processo de acumulação pelo investimento interno.

O ensejo de industrialização dos países em referência integrou-se ao processo de internacionalização produtiva do capital (MICHALET, 1983) para desenvolver na região uma indústria capaz de produzir internamente o que antes era importado dos países centrais.

O Estado foi utilizado para proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento do processo de acumulação centrado na atividade produtora da indústria. Foi constituído um aparato institucional que envolvia desde medidas de contenção das importações até formas de interferir sobre as finanças públicas. Além dos procedimentos institucionais, os governos passaram a investir na formação de empresas estatais, muitas concentradas nos setores de infra-estrutura e bens intermediários básicos, bem como uma forte atuação no provimento de serviços públicos, tais como saúde, educação, previdência, que alimentavam as condições socioeconômicas para o desenvolvimento do processo de industrialização.

Assim, nos países citados, foi consolidada uma estrutura produtiva cujo capital estrangeiro fixou-se no setor de bens de produção e parte de bens de consumo, principalmente os de maior intensidade de capital. Surgiram empresas de propriedade reservada a capitalistas brasileiros que se inseriram tanto no setor de bens de produção como bens de consumo, porém, sempre condicionadas ao movimento de acumulação das grandes empresas estrangeiras. E o Estado passou a comandar os setores ligados à infra-estrutura econômica e à prestação de serviços, muitos deles considerados estratégicos para o desenvolvimento da economia, como por exemplo, recursos naturais (petróleo, minérios, etc.), telecomunicações, etc. No sentido que caminha o presente estudo, cabe destacar o perfil do capital estrangeiro, que até então foi co-responsável pela criação de setores econômicos, em outras palavras, pela formação bruta de capital nas economias.

Em fins da década de 1970, o processo de industrialização, marcado fortemente pela intervenção do Estado e medidas de caráter protecionista, chegava ao seu momento de desaceleração. A partir de então, países como Brasil, México, Argentina e Chile, cada qual limitado às suas particularidades, passaram a adotar

modelos econômicos de premissas neoliberais, todos referenciados pelas instituições financeiras internacionais, tais como FMI, Banco Mundial, etc. Os sucessivos governos desses países promoveram abertura econômica, expressa em liberalização ao capital e irrestrita liberdade comercial externa, e reformas ligadas ao Estado no sentido de garantir disciplina financeira e novos espaços de acumulação.

O modelo econômico baseado em medidas liberalizantes permitiu mudanças quanto ao perfil e à destinação setorial do capital estrangeiro. A partir deste período, nos países citados, nota-se um processo de desnacionalização cuja abrangência e intensidade não se comprovam na história econômica (CEPAL, 2004), ou seja, depois de ter sido destinado aos setores da infra-estrutura econômica e setores da indústria, de certo modo possibilitando a formação bruta de capital, agora, firma-se na centralização de capitais constituídos alguns de propriedades do Estado, outros de capitalistas.

Vale ressaltar que em outros momentos do desenvolvimento dessas economias também fora observado a desnacionalização, porém, na atualidade, as aquisições e fusões se transformaram no mecanismo por meio do qual capitalistas estrangeiros tomaram posse de empresas estatais e privadas instaladas nesses países. A intensidade e abrangência do processo comprovam uma mudança no perfil das exportações de capitais.

Como resultante, o capital estrangeiro aumentou consideravelmente os poderes sobre o processo de acumulação interna dos países referenciados e, por conseguinte, nas questões decisórias das políticas de Estado. Ao nosso ver, tal realidade instaura nova base material na relação existente entre os países imperialistas e os semicoloniais da América Latina. Sendo novas, talvez careçam de novas interpretações teóricas.

2. A teoria do imperialismo

Acredita-se ser importante um reexame da clássica teoria do Imperialismo à luz do que se supõe ser nova configuração da acumulação capitalista em países da América Latina. Sabe-se, porém, que o tema é vasto e reúne aportes de muitos autores e, por que não dizer, de algumas escolas de pensamento. O percurso investigatório não é pequeno, nem tampouco recheado de simplicidade. Sem dúvida, um desafio. Assim sendo, nesta fase do presente estudo, optou-se por analisar algumas obras: Lênin (1986) e Rosa de Luxemburgo (1985); os escritos de Marx

acerca das “Leis Gerais do Processo de Acumulação”, reunidas no livro *O Capital* (1988); Harvey (2004), livro lançado no Brasil sob o título de *Novo Imperialismo*. Este último devido ao nexos que concentra com o assunto em questão.

Sobre a obra de Lênin, intitulada *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo* (1986), pode-se afirmar que a primeira parte é dedicada ao entendimento do processo de concentração de capitais responsável pela criação de grandes grupos de empresas e bancos, e mais tarde pelo surgimento do capital financeiro. Tendo como premissa as categorias marxianas e apoiado em dados estatísticos da época, muitos deles extraídos da obra protagonista do inglês John Hobson, publicada em 1902, o autor demonstra que, naquele contexto, os monopólios já eram realidade capitalista e controlavam parcela considerável dos trabalhadores e as riquezas naturais. Concluiu, então, a predominância da fase monopolista do capitalismo.

Desta parte é interessante notar que Lênin chega a tal conclusão apoiando-se em dados exclusivos das economias capitalistas mais desenvolvidas, principalmente Inglaterra, Alemanha e EUA, que, conforme seus escritos, naquela etapa, representavam a produção mundial. No que se refere às economias por ele caracterizadas semicoloniais ou coloniais, como será evidenciado mais à frente, apenas geradoras de condições para a acumulação do grande capital, portanto, exploradas.

Outra questão a ser destacada é o olhar de Lênin sobre como se expressava o processo de acumulação capitalista. Parece-nos correto dizer que, para ele, o surgimento das grandes empresas e dos bancos decorria de uma dinâmica marcada predominantemente pela concentração de capitais. Não há menção ao movimento de centralização.

Portanto, não é descabida a interpretação de que ele se baseou numa realidade econômica cujos capitalistas, na medida em que passavam a controlar um número maior das forças produtivas, adquiriam tamanho superior e outra condição de inserção no processo de acumulação. Nota-se, inclusive, constante emprego do conceito de socialização de produção para demonstrar a expansão horizontal, ou seja, o avanço de capitalistas sobre os ramos de atuação.

Em outra parte de sua obra, Lênin se dedica a demonstrar que a nova dimensão da produção mundial, propriedade de grandes capitalistas sediados em países desenvolvidos, gerou uma nova realidade material da mais-valia, que, por sua vez, obrigava outras formas de acumulação, agora deveria ser exercida em nível mundial. “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a

livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (LÊNIN, 1986, p. 621).

Os grandes capitalistas passaram a se apoiar nas exportações de capitais e relações sociopolíticas decorrentes para expandir os seus domínios. O autor possuía uma rica visão da totalidade. Explica, assim, o aparecimento de uma nova divisão social do trabalho, marcada fundamentalmente pela ampla influência de países desenvolvidos, imperialistas, sobre economias semicoloniais e coloniais. Uma divisão do mundo regida pelos interesses de acumulação das grandes potências.

Nesta parte da obra, é interessante notar que o autor relata que o capital estrangeiro exportado passava a controlar as forças produtivas de regiões externas. Todavia, descreve somente a expropriação de riquezas naturais e o movimento contra a classe trabalhadora como forma de garantir melhores condições de valorização do capital. Em momento algum se observa a afirmação de que as exportações de capitais serviam para expropriação de capitais constituídos de países semicoloniais ou coloniais, em outras palavras, o processo de centralização de capitais em regiões externas. Supõe-se que, como essas economias ainda não eram industrializadas, ele analisou e descreveu corretamente à exposição real dos fatos, ou seja, a acumulação do capital estrangeiro centrada na expropriação das forças produtivas predominantes.²

Muito tempo nos separa do ano em que foi lançada a obra de Lênin. A realidade material da riqueza capitalista dos países imperialistas e os dominados, evidentemente, mudou. É fato que as exportações de capitais tornaram-se mais freqüentes e que o grande capital imperialista ainda busca dominar as riquezas naturais concentradas em regiões externas. No momento, a guerra do governo Bush (EUA) e sua aliança militar contra o povo iraquiano é o exemplo mais realístico de como o imperialismo se utiliza, inclusive de meios militares, para dominar riquezas de outros países, neste caso, principalmente, o petróleo.

Mas os últimos anos do desenvolvimento capitalista de países da América Latina têm demonstrado que os capitais recebidos destinam-se predominantemente à expropriação do processo produtivo instalado, de capitais já constituídos. O capital

² Sabe-se que Lênin, extremo conhecedor das categorias marxianas, apresenta o desenvolvimento capitalista na fase imperialista como um processo. Obviamente que o autor, em sua época, não reunia as devidas condições para apresentar detalhes da atualidade da fase imperialista. No entanto, resolveu-se expor desse modo para procurar ressaltar a suposta necessidade de contribuir para a atualização dessa importante obra, e de todo o arcabouço teórico sobre o imperialismo.

estrangeiro, na região, em grande medida, vem provocando expropriação de unidades produtoras de capitalistas e do Estado (empresas estatais). Como explicar a intensidade e abrangência da centralização verificada na atualidade da América Latina? É possível admitir que a obra de Lênin carece dessa atualização? Mais à frente, pretende-se voltar à questão; por ora, vejamos o posicionamento dos outros autores mencionados.

Rosa de Luxemburgo (1985), autora do livro *A Acumulação de Capital*, obra clássica da teoria do imperialismo formulada pelo pensamento marxista, sobre o assunto em debate, apresenta-nos a idéia de que, na época imperialista, regiões externas não capitalistas, não só são exploradas, mas imprescindíveis para a continuidade do processo de acumulação dos grandes capitalistas. Isto porque são regiões que, na medida em que possibilitam a expansão “horizontal” das relações sociais de produção capitalistas, proporcionam, assim, condições materiais à reprodução ampliada.

Os apontamentos de Rosa Luxemburgo levam à conclusão lógica de que quando o capitalismo tiver sido expandido e alcançado certo nível de desenvolvimento em nível mundial, padecerá de sua crise final. Inclusive tal questão é categoricamente exposta em algumas passagens de seu texto.

Dessa maneira o capitalismo expande-se cada vez mais graças às suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não capitalistas, acumulando seu capital à custa destes. E à medida que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não capitalistas ainda abertas a expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando à conquista dessas regiões de acumulação. Acontece, porém, que por meio desse processo o capital prepara a própria cova. Expandindo-se a expensas das demais formas de produção não capitalistas existentes, chega o momento em que qualquer expansão ou acumulação subsequente se torna impossível, uma vez que a humanidade toda veio a transformar-se em duas classes únicas – capitalistas e proletários assalariados (LUXEMBURGO, 1985, p. 335).

De acordo com os pressupostos de Rosa Luxemburgo, seria possível admitir que as economias da América Latina alcançaram determinado nível de desenvolvimento capitalista cuja centralização de capitais se estabelece como única condição para a continuidade da reprodução ampliada? Não há mais terreno? Ou, de forma mais ponderada, admitir que a centralização se impõe como condição *prévia* à acumulação em países semicoloniais ou coloniais?

No Brasil, recentemente, foi lançado o livro de David Harvey (2004), intitulado *O Novo Imperialismo*. O título já denota a singularidade da tese. Em suma,

apresenta a importância de regiões externas, de novos “espaços” que criem condições materiais ao processo de acumulação capitalista. Pode ser até mesmo as economias capitalistas. Neste particular, diferencia-se com a visão de Rosa de Luxemburgo, no entanto, ao concluir sobre a importância das regiões externas, à primeira vista, parece-nos que a idéia central do autor carrega certas similaridades com as observações da autora.

A idéia central é que as leis descritas por Marx que analisam o processo de acumulação primitiva continuam vigentes, no entanto, agora sob novas configurações. Na atualidade, explica, foram criados novos mecanismos de expropriação, definido como “Acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004).

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo chave aqui é, no entanto, excedentes e capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos 30 anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação? (HARVEY, 2004, p. 124).

O trabalho de Harvey (2004) é, sem dúvida, uma importante contribuição no campo que se propõe discutir a problemática da atualidade da época imperialista. Isto porque aborda e avança na explicação sobre o novo perfil das exportações de capitais. De fato, nos últimos anos, o grande capital se internacionalizou, incentivado por políticas neoliberais que, por meio da privatização dos bens públicos, ou “bens comuns” (definição de Harvey), gerou “espaços” para sua acumulação. No entanto, como associar esse movimento ao processo de centralização de capital observado em alguns países da América Latina, que não se limitou à expropriação dos bens públicos?

Por ora, acredita-se que a tese de Harvey (2004) avança até certo ponto porque não analisa com profundidade o processo de concorrência entre os próprios

capitalistas e a conseqüente centralização de capitais constituídos. Neste campo, limita-se ao espaço do Estado.

Os textos até aqui discutidos, no que toca o assunto em questão, explicam que as exportações de capitais destinam-se predominantemente à extração de mais-valia da classe trabalhadora e à expropriação de riquezas externas. Não se percebe análise preocupada com a contradição contemporânea: a intensa e abrangente expropriação de capitalistas por capitalistas. Nos trabalhos clássicos, talvez seja correto concluir que foram escritos em outra etapa histórica.

Supõe-se, então, que as conclusões sobre o iminente processo de centralização de capitais, que instaura as contradições destacadas ao final da primeira parte do presente texto, compreende um modo de atualizar a teoria do imperialismo. Para tanto, o ponto de partida são as premissas de Marx.

Em seu livro *O Capital* (1988), na passagem que propõe uma reflexão sobre a lei geral da acumulação capitalista, ele procura demonstrar o modo por que o processo de acumulação infere sobre as condições materiais das classes postas na sociedade capitalista. A primeira parte do texto trata das manifestações dos capitalistas contra a realidade objetiva da classe trabalhadora, como maneira de elevar a mais-valia. Desde a incorporação de novos meios de produção, como de técnicas, ou mesmo ataques às condições de emprego e rendimentos da força de trabalho.

Nas passagens seguintes, avança e explica que o desenvolvimento capitalista também interfere sobre as condições materiais dos próprios capitalistas, tanto na taxa de valorização de seu capital, mas também nas condições de classe em si, ou seja, de sua existência. Primeiro, explica que o processo de concorrência que se impõe leva à constituição de mais capitalistas individuais ou capitalistas maiores, que vão assumindo o controle dos meios de produção existentes na sociedade. À primeira **vista**, parece-nos correto dizer que essa é a forma de análise e descrição de muitos trabalhos clássicos da teoria do imperialismo. Lênin, por exemplo, para justificar o surgimento e a predominância da fase monopolista, em várias passagens, explica as exportações de capitais servindo para concentrar operários, matérias-primas de regiões externas exploradas.

Entretanto, Marx também explica outro aspecto da concorrência: a exclusão de capitais constituídos, *de capitalistas por outros capitalistas*, isto é, centralização de capitais. Conclui do seguinte modo: “esta já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e controle sobre o trabalho. É

concentração de capitais já constituídos, supressão de autonomia individual, expropriação de capitalistas por capitalistas” (MARX, 1988, p. 187).

Na atualidade, vale ressaltar, verifica-se o processo de concentração, que, como salientado neste trabalho, é inerente ao desenvolvimento capitalista. Mas, conforme demonstrado na primeira parte do texto, em algumas economias semicoloniais da América Latina, o capital estrangeiro em grande medida destinou-se a aquisições e fusões, provocando intenso e abrangente processo de centralização de capital, ou seja, a outra contradição do processo de acumulação do capital também explicada por Marx.

Então, seguindo as premissas de Marx, pode-se afirmar uma mudança no perfil das exportações de capitais oriundas de países imperialistas, fato não observado pelas formulações clássicas da teoria do imperialismo e nem pelas contemporâneas. Acredita-se que está é uma maneira de atualizar a produção teórica em volta da época imperialista, sobretudo, no tocante às questões de ordem econômica.

Todavia, o presente texto cumpre aqui seu objetivo principal: a problematização deste tema tendo por base algumas obras. Daqui para frente, serão apresentadas alguns questionamentos sobre as contradições apontadas ao final da primeira parte deste texto, que ainda carecem de maior análise, obra decorrente do desenvolvimento futuro desta pesquisa.

3. Acumulação por centralização de capital

Quais são as forças motivadoras desse novo perfil do capital estrangeiro exportado para países semicoloniais da América Latina? Recorrendo a Marx, conclui-se que determinado nível de desenvolvimento capitalista instaura e potencializa o processo de centralização de capital. Veja a afirmativa a seguir: “mas, embora a expansão relativa e o ímpeto do movimento centralizador sejam determinados até certo ponto pela grandeza já atingida da riqueza capitalista e pela superioridade do mecanismo econômico, o progresso da centralização não depende, de nenhum modo do crescimento positivo da grandeza do capital social” (MARX, 1988, p. 188). Para ele, a centralização de capital é determinada tanto pela

superioridade econômica, que compreende as particularidades do capital individual, como pelo tamanho da riqueza capitalista, que por ora supõe representar desenvolvimento amplo dos setores econômicos.

É interessante notar que, na época do capitalismo concorrencial e mesmo durante a fase imperialista em que as economias semicoloniais ainda não estavam totalmente industrializadas, não se verificava tamanha intensidade e abrangência do processo de centralização de capital. E ainda, ao analisar o caso dos países da América Latina, nota-se que tal processo foi verificado com maior intensidade nas economias detentoras de elevado nível de desenvolvimento capitalista, a saber: Brasil, Chile, México e Argentina (CEPAL, 2004).

Outra questão é desvendar se a centralização de capitais se impõe como condição prévia à reprodução ampliada. Do texto de Marx aplica-se a seguinte passagem: “a centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Seja este último resultado agora conseqüente da acumulação ou da centralização” (MARX, 1986, p. 188).

Seguindo as premissas do autor, pode ser trabalhada a idéia de que, devido ao nível de desenvolvimento capitalista predominante na região, o capital estrangeiro empregou sua superioridade econômica para expropriar capitalistas periféricos e empresas estatais para alcançar melhores condições de acumulação. Neste sentido, o movimento não pode ser encarado como resultante simples de políticas conjunturais. Na verdade, trata-se de um processo por ora inerente ao desenvolvimento capitalista.

Chega-se a que atualmente predomina um novo conceito de acumulação. Aqui defendido como “*acumulação por centralização*”. Em síntese, as economias capitalistas alcançaram certo nível de desenvolvimento que torna mais acirrada a luta entre os distintos capitalistas. Sendo assim, além da força empregada contra os trabalhadores e o controle sobre riquezas naturais que permitem elevação da taxa de lucro, agora também tem que excluir o capitalista instalado no setor para alcançar oportunidades de acumulação. Essa é a nova essência econômica que norteia as relações entre países imperialistas e os da América Latina.

Partindo dessa premissa, grosso modo, pode-se negar a necessidade de regiões não capitalistas para que haja a reprodução ampliada. Ela acontecerá mesmo em economias capitalistas mais desenvolvidas. O problema é que, em determinada fase do desenvolvimento capitalista, verificar-se-á um crescimento do

processo de centralização de capitais, como maneira de prosseguir a acumulação.

Mesmo admitindo um forte processo de centralização nas economias capitalistas, não se assume a legitimidade da teoria do ultra-imperialismo. Ela aqui é refutada por completo. Na atualidade, a acumulação por centralização levará à concorrência entre as grandes potências imperialistas.

Por fim, devido à centralização de amplos setores do processo produtivo de algumas economias da América Latina, o capital estrangeiro aumentou a ingerência sobre o processo de acumulação interno e, por conseqüência, o poder decisório sobre as políticas de Estado na região.

4. A política de Estado em favor da acumulação por centralização.

Nesta fase do presente estudo, não se pretende apresentar uma análise sustentada sobre o papel do Estado e as questões decorrentes durante a fase de predominância da acumulação por centralização em países da América Latina. O objetivo central é promover uma mera descrição do processo de apropriação do Estado e apontar que, mesmo num contexto de forte polarização entre as classes sociais, marcado por forte repúdio as medidas neoliberais, por conta da estratégia política reformista e a força do capital estrangeiro no processo de acumulação interno aos países, os governos de partidos ligados à classe trabalhadora limitam-se à adoção de políticas de Estado congruentes aos interesses da acumulação centralizadora.

Muito se questiona sobre o verdadeiro papel do Estado na etapa de aplicação dos planos neoliberais, tanto nos países desenvolvidos como em países da América Latina. Em nível mundial, a tese mais comentada no período recente foi a produzida por Michael Hardt e Toni Negri (2001), reunida no livro *O Império*, cujos autores concluem a inexistência do Estado como garantidor dos interesses de empresas multinacionais, que, em função do fenômeno “Império”, deixaram de ser empresas alemãs, japonesas ou mesmo estadunidenses. Assim, os Estados Nacionais cedem espaço para outra forma de poder, supostamente exercido por organizações supranacionais, como superestruturas do Império.

Este trabalho parte de outras premissas. Aqui se entende o Estado como uma instituição que encarna e organiza o poder das classes dominantes e, desse modo, impõe certa dominação ao conjunto da sociedade (LÊNIN, 1986; MARX, 2000).

Portanto, não se admite que na etapa de aplicação dos planos neoliberais o Estado tenha perdido toda sua função.

O Estado, assim como em outros momentos do desenvolvimento de países da América Latina, foi instrumento determinante na criação de condições ao processo de acumulação do capital estrangeiro. As privatizações do patrimônio público geraram condições para o exercício da acumulação por centralização. A utilização do Estado tem sido mínima para o provimento de interesses da classe trabalhadora, mas máxima quando se trata de atender interesses das classes e frações de classes dominantes.

O intenso e abrangente processo de centralização de capital verificado em países da América Latina fizeram aumentar a ingerência do capital estrangeiro sobre o processo de acumulação. Assim, mesmo num cenário de forte polarização entre classes predominantes em países da América Latina, durante a década de 1990, para os governos de partidos reformistas, impôs-se a lógica de atuar como “parceiros” dos interesses estratégicos de grandes capitalistas estrangeiros. Às vezes, de forma mais nítida, outras de maneira mais obscura, mas em geral todas combinadas com os interesses da acumulação por centralização. É mesmo uma época de capitalismo sem reformas.

5. Conclusão

Em outros tempos, mesmo sob o predomínio da época imperialista, o grande capitalista, para alcançar condições de reprodução ampliada do capital, sempre procurou exercer demasiado controle sobre as riquezas de regiões externas e o comando sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Essa foi a base material de trabalhos clássicos da teoria do imperialismo. Entretanto, na atualidade, além desse movimento, intensifica-se o processo de expropriação de capitalistas por capitalistas. Trata-se de uma mudança no perfil das exportações de capitais. Sendo assim, entende-se que os trabalhos componentes da teoria do imperialismo aqui analisados carecem dessa atualização.

Assumindo os preceitos de Marx apresentados neste trabalho, pode-se pressupor a existência de uma nova dinâmica do desenvolvimento do capitalista. É certo que a questão não será aqui totalmente respondida, ainda carece de estudos aprofundados, e que serão feitos em outras fases do presente estudo. Todavia, por ora, admite-se que a intensidade e abrangência da centralização de capital expressam uma nova forma no processo de acumulação capitalista. O grande capital precisa centralizar para alcançar melhores condições de acumulação. Aqui definimos como acumulação por centralização.

Por ora, acredita-se que o processo impôs e ainda imporá muitas mudanças tanto nas relações entre países imperialistas e semicoloniais, como na relação entre os países ricos. Observando daqui, da América Latina, a intensidade e abrangência da centralização de capitais provocou aumento da inferência do capital estrangeiro sob o processo de acumulação interno dos países e ainda uma elevação do poder político das frações de classe ligadas aos interesses desse capital sobre as políticas de Estado.

Pode-se afirmar que, na atualidade, não houve expropriação qualitativa do grande capital imperialista, na verdade, eles impuseram superioridade econômica e expropriaram outros capitais constituídos em economias semicoloniais. Todavia, ao admitir a tese da acumulação por centralização, o que esperar do momento em que passar a predominar entre os grandes capitalistas? Dito de outro modo, a concorrência entre “peixes grandes”. Mais uma vez, não se trata de admitir o ultra-imperialismo, já refutado nas páginas anteriores, mas de pressupor acirramento da concorrência entre os grandes capitalistas e nações imperialistas.

Bibliografia

CARDENÁS, E.; OCAMPO, J. A.; THORP, R. (2003) *Industrialización y Estado em la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.

CEPAL. (2004) *La Inversión extranjera em América Latina y Caribe*. Chile: Nações Unidas.

GASPARIAN, F. (1973) *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HARDT, M.; NEGRI, T. (2001) *Império*. Rio de Janeiro: Record.

HARVEY, D.(2004) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola.

HOBSON, J. A.(1981) *Estudio del imperialismo*. Madri: Alianza Editorial.

IANNI, O. (1991) *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LÊNIN, V. I. (1986) *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Alfa Omega.

_____. (1986) *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Alfa Omega.

LUXEMBURGO, R. (1985) *A Acumulação de Capital*. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. (1988) *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.

_____. (2000) *O Manifesto Comunista*. Petrópolis: Editora Vozes.

MICHALET, A. C. (1983) *O Capitalismo Mundial*. São Paulo: Paz e Terra.